

## **Matéria “III PNDH: um retrato dos conflitos de interesses na sociedade brasileira”**

Entrevista com **Beatriz Affonso**, cientista política e diretora do Programa do Cejil (sigla inglesa para Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional) para o Brasil.

### **1) Você faz parte do Cejil, uma entidade que visa, entre outras coisas, a dar apoio a vítimas de casos de violação de direitos humanos. Como o Cejil tem acompanhado as últimas mobilizações em torno da aprovação do III PNDH? Que avaliação você faz dele?**

Eu trabalhei por 12 anos no Núcleo de Estudos da Violência, na USP, que foi quem elaborou, a partir da consulta à sociedade civil, o I e o II PNDH. Então, tenho “muita intimidade” com a elaboração de Planos Nacionais de Direitos Humanos e, nos dois casos, fiz parte da equipe que desenvolveu a metodologia e ficou com a última redação dos textos. No entanto, é importante que se frise que eu nunca trabalhei para o governo Fernando Henrique Cardoso, mas sim no Núcleo de Estudos da Violência. Esse não é, então, um recorte partidário.

Em minha opinião, o I PNDH teve um mérito histórico, não só porque foi o primeiro, mas porque, naquele momento, no Brasil, as entidades de DH, os diversos segmentos que atuam na defesa dos negros, das crianças, dos idosos, das mulheres, eles não tinham uma fluência de relacionamento entre si. O grande mérito do I PNDH foi fazer, então, com que a sociedade civil de fato se conhecesse nacionalmente, permitindo com que todos os segmentos conhecessem onde estavam os grandes obstáculos para a garantia dos direitos de outros segmentos que não o seu próprio. Então, naquele momento, o I PNDH teve esse impacto que eu considero histórico. A nossa sociedade civil passou para um patamar de conhecimento entre si e dos principais problemas de seu segmento muito mais informada do que antes, o que permitiu também ações conjuntas. E, nesse sentido, acho que o Plano I foi excepcional. Houve diversas falhas, deixou de fora diversos segmentos, como é o caso dos homossexuais, que não tinham, apesar de terem propostas específicas, um subtítulo ainda, e mereciam, por conta das graves violações que sofriam.

O II PNDH passa a ser muito importante porque, mesmo diferente do primeiro por não ser mais nenhuma novidade, ele passou a ser uma metodologia consolidada. E aí começa a ser uma prática que se coloca na agenda do governo, quer dizer, a partir do encontro, as entidades já passavam a ter suas próprias agendas, ampliando e abrindo seus encontros para outros segmentos, e estar atento a outras lutas, acompanhar campanhas públicas mais específicas... E é no I PNDH que fica explícito que também cabia ao governo ter uma agenda pública nacional que pudesse contemplar de forma coletiva os diversos segmentos. E os direitos econômicos, culturais, ambientais e sociais que foram abordados no I PNDH.

Nesse contexto do terceiro, há uma mudança de metodologia, o que é normal porque o Governo quer dar a sua própria forma de plano, ajudando a estabelecer esses transversalismos – que trata de violações que perpassam diversos segmentos. Isso só acrescenta e moderniza, fazendo com que a sociedade reflita de uma maneira diferente. Por outro lado, ele comete uma pequena falha, tanto do lado do governo quanto da sociedade civil. A falha se apresenta em dois pontos. Primeiro, o que significam determinadas demandas antigas da sociedade civil que aparecem no texto de forma descontextualizadas por não serem mais organizadas por segmentos. Ex.: A questão da infância. Eu que acompanhei os planos I e II, sei que o que se quis pedir com aquela meta de um determinado contexto porque eu já estou acostumada a ouvir a sociedade civil brigando por aquilo, mas a sociedade em geral, fora dos limites de quem atua diretamente com direitos humanos, não tem a obrigação de saber disso. Boa parte do preconceito gerado pelo enfrentamento dos espaços mais conservadores da sociedade vem por conta dessa descontextualização. Talvez, o estado e a sociedade civil tenham perdido o cuidado de contextualizar mais explicitamente determinadas metas sem tirar a necessidade delas.

**2) É possível afirmar que o III PNDH representa um avanço para a construção de políticas públicas com a participação da sociedade civil no país?**

Sem dúvida nenhuma. A prática de se ter um plano é sempre um avanço, no mínimo que seja, para o diálogo da sociedade civil e para a responsabilização pública de que o governo reconhece os principais obstáculos que temos em relação aos direitos humanos no país. A parte negativa é que estamos no 3º plano nacional e a maioria das metas seguem sendo as mesmas do primeiro porque não tiveram um avanço significativo. O plano tem um objetivo que vai além de estabelecer um “caderno” cheio de propostas, mas se espera que elas sejam efetivadas e o que a gente percebe que elas se repetem. Ter o plano, por outro lado, é desconfortável por sinalizar que o estado não tem atuado com a seriedade que deveria para torná-lo uma meta realizada.

**3) De quais legislações e acordos internacionais relacionados aos DH o Brasil é signatário? Esses acordos e legislações foram levadas em consideração pelo III PNDH?**

Eu temo que possa haver alguns conflitos, até porque nem todo mundo tem conhecimento desses tratados para fazer propostas que estejam em conformidade com os tratados, e existe sim essa possibilidade. Eu prefiro acreditar que não.

**4) Na sua opinião, por que ele tem causado tanta controvérsia e tanta reação negativa por parte de alguns setores da sociedade brasileira?**

O plano nasce em um contexto complicado. Temos, com certeza, quatro eixos polêmicos nesse plano. Primeiro, a questão dos latifúndios, que é absurdo porque em nenhum momento ela é tratada de forma diferente de tudo que foi feito antes (talvez a bancada ruralista do congresso esteja mais organizada e tenha mais contato com setores da justiça, mas a verdade é que no eixo de acesso à terra não há nenhuma novidade no Plano III).

Segundo a questão do aborto. Talvez, a redação de decidir pelo direito da mulher sobre isso já estivesse nos outros planos, mas com uma linguagem que, ou tenha passado despercebido pela Igreja – o que eu duvido -, ou que não tenha sido considerada tão agressiva. Tão pouco é uma novidade no que diz respeito às demandas de grupos que lutam pelos direitos da mulher.

No que diz respeito à mídia, acho que fica bem clara a questão da descontextualização. A mídia entendeu as metas como instrumentos de censura prévia e de jeito nenhum a sociedade civil deseja isso! A parte que luta pelos direitos humanos é o grupo mais progressista a respeito da transparência, de informações de interesse público serem realmente acessíveis a todos. Na verdade, foi uma forma descontextualizada de se apresentar esses instrumentos. O que elas buscavam era uma transparência cada vez maior dos órgãos públicos, que as pessoas que atuam em posições públicas se sintam obrigadas a prestar contas a sociedade como um todo. E isso foi colocado como uma restrição a liberdade de expressão. Chegou a proposta “perdida” e ela foi interpretada ao gosto do freguês.

O eixo Memória e Verdade não era um eixo que estava contemplado entre os demais que o governo havia escolhido para estar no novo Plano. Ela parte de uma briga da Conferência Estadual de Minas Gerais. Com muita luta, o pessoal conseguiu que o eixo fosse contemplado, mas não era nada do interesse desse governo colocar. Entretanto, aí vai minha grande crítica ao III PNDH: o mecanismo de manifestação da sociedade civil. Só podia ir quem era eleito delegado nas conferências regionais e estaduais, e mesmo quem tinha dinheiro para ir à Brasília só podia estar lá como observador, sem direito à voz inclusive nos debates. É uma metodologia muito restritiva. As próprias entidades de direitos humanos já haviam reclamado com o governo que isso era algo inacessível, que em vez de atrair a sociedade civil, rachava, porque começava a briga para ver quem seria representante em Brasília. Isso não aconteceu nos outros planos, quando fizemos conferências regionais, estaduais e nacionais, então, íamos aonde a sociedade

civil estava; eram reuniões abertas à participação e à fala de todos, onde colocávamos os eixos e as pessoas iam lá falar e colocar as suas propostas. Era um trabalho árduo para compilar tudo isso, foi um desafio. Mas esse governo preferiu não fazer assim, ele optou pela Conferência, em que quem pode ir contribuiu e quem não pode, que pena! Houve um filtro de qualidade porque mesmo uma pessoa que está sozinha e que vai trabalhar a questão da infância e da adolescência naquele eixo temático muitas vezes não conhece a vivência dos problemas de outro estado, que talvez seja mais grave e passe por outros obstáculos.

Outra coisa grave: o governo não colocou o plano na internet para que quem quisesse debatesse e se manifestasse. Isso eu acho que foi um erro porque nos outros dois planos, mal ou bem, os segmentos conservadores tiveram a oportunidade de conhecer o plano antes e debatê-lo se quisesse. Não que a proposta desses setores tivessem sido contempladas, mas a verdade é que esse plano atual acabou – porque não queriam fazer um diálogo com a sociedade civil – fazendo um diálogo com os ministros. E, infelizmente, como sabemos, nesse governo, especialmente no eixo Memória e Verdade, o ministro da Defesa é completamente contra, e quando a insatisfação dos militares veio à tona, começou o mal-estar e o enfrentamento. Aí começam a querer criar uma Comissão nacional da Verdade e do Perdão, e nós tivemos que fazer toda uma mobilização junto aos familiares das vítimas da ditadura para dizer: não aceitamos, porque o perdão é de cunho pessoal, você pode querer ou não perdoar o seu torturador e você pode não ser obrigado a isso. A sociedade como um todo pode perdoar os militares pela ditadura, mas as pessoas que sofreram mais de perto o regime têm o direito de não querer perdoar o seu algoz.

Então, foi toda uma briga para falarmos para o governo que não íamos aceitar uma Comissão de Reconciliação: reconciliação entre quem e quem? Perdão entre quem e quem? Os militares nem querem pedir desculpas e por que os torturados vão desculpar quem nem está querendo pedir desculpas para eles? Então, nesse sentido, estávamos falando de mais um *make-up*, de mais uma farsa para inglês ver. No final, saiu uma Comissão Nacional da Verdade cuja proposta o governo, em forma de PL, encaminhou para votação no Congresso, e que tem seus bons requisitos, mas incluiu, em seu texto, que o governo vai escolher os sete comissionados, o que para nós é gravíssimo, sabendo que não tem nenhum critério objetivo e não vai passar sequer pela indicação da sociedade civil. Por outro lado, fizemos uma carta de princípios para essa comissão, mas não dizendo o que tem de ter, mas especificando o que não pode faltar. E isso não foi contemplado, quer dizer, infelizmente, está de novo de cima para baixo. Além disso, o próprio texto deixa implícito que pode haver a participação de militares nessa comissão, e isso é muito desconfortável.

**5) Uma das questões mais delicadas do Plano diz respeito à criação da Comissão da Verdade. Qual a importância do resgate da memória histórica e do direito à verdade em uma sociedade que vivenciou um regime militar e como você vê a abordagem disso no Plano?**

Eu acredito que nós ainda não temos uma democracia consolidada, quem estuda isso sabe que o voto representativo é só o primeiro passo para uma democracia. Temos ainda uma herança da ditadura, que é a herança da impunidade. Não há dúvida de que a impunidade está associada aos órgãos públicos, tanto de quem comete as ações criminosas quanto daqueles que deveriam fazer a justiça e fazem vistas grossas porque os crimes estão sendo cometidos por agente públicos. No entanto, o que é mais desconfortável é saber que, de alguma forma, a sociedade como um todo, a classe média e às vezes, infelizmente, até a classe mais pobre, toleram as práticas de tortura nas instituições fechadas, por exemplo, pelo simples fato de que isso já faz parte da nossa sociedade, já está incorporado como algo natural. Um dos caminhos saudáveis de fazer essa mudança cultural, que perpassa aí o inconsciente coletivo da nossa sociedade, na minha opinião, é fazer com que essa sociedade que tolera a tortura e a execução sumária por agentes públicos conheça onde a gênese dessa prática institucionalizada começou e como ela atingiu pessoas que poderiam ser nossos familiares. A classe média tem muita dificuldade de se

colocar no lugar do pai do menino do Degase, por exemplo, para essa realidade é muito distante. Então, se o menino está lá apanhando é porque fez alguma coisa para merecer isso, é porque ele é um bandido.

Então, trazer memória histórica, a partir da qual ela vai ter de se deparar com gente que apanhou, aí sim essa classe média vai poder se identificar, porque pelas condições sociais eram pessoas que estavam também na classe média, eram operários, não eram pessoas que cometiam crimes. Talvez esse seja um caminho mais palatável para uma absolvição de sentimentos de identificação desse senso comum para com as pessoas que sofreram essa grave violação em nome de uma suposta democracia. Por isso, trazer a memória, trazer a verdade do que realmente aconteceu, de como esses agentes públicos cometeram crimes públicos de lesa-humanidade. É uma bobagem acreditar que em nome de qualquer tipo de ideologia o Estado tem autorização para fazer esse tipo de ação. Eu imagino que isso ajude muito a construir uma cultura de aversão a essas práticas.

6) Qual o significado da Comissão da Verdade e como ela pode contribuir nesse processo de resgate à memória histórica?

A demanda de uma Comissão da Verdade, e no caso seria Verdade e Justiça, vem da própria sociedade civil, de familiares de desaparecidos, de ex-presos políticos, essa foi uma ideia que o governo resolveu abarcar e está distorcendo bastante me seu Projeto de Lei. Mas, em minha opinião, ela tem de estar adequada a determinados parâmetros porque, caso contrário, vai ser mais um passo que o governo vai dar e que não vai levar a lugar algum. Se não for uma comissão que goze da confiança dos familiares dos ex-presos, eles não vão participar, não vão lá dar o seu depoimento novamente porque já estão cansados mesmo, eles já deram esse depoimento milhões de vezes e toda a verdade que se tem até hoje é a verdade que eles conseguiram recolher e construir. Se não for uma Comissão da Verdade que vá obrigar de fato o outro lado a ir lá se expor, que possamos conhecer quem são os torturadores, vai ser mais um espetáculo que não leva a lugar algum. Eu quero conhecer os torturadores da ditadura e quero que meus filhos também os conheçam. É por isso que estamos tão cuidadosos com que comissão será essa.

**7) Diversos países no mundo têm uma Comissão da Verdade, inclusive países da América Latina que já passaram por contextos políticos de violação de direitos humanos. Por que ainda há tanta resistência em se abordar de maneira franca esse tema no Brasil?**

Essa é a mesma pergunta que eu faço para você. Ao contrário da ditadura brasileira, as outras ditaduras latino-americanas foram curtas, e, nesses casos, os ditadores conseguiram mudar para todos os órgãos públicos os seus principais dirigentes, então, a cúpula era de ditadores ou de pessoas que eram simpáticas às diretrizes ditatoriais. No caso do Brasil, foi tão longo que deu para trocar do diretor aos ascensoristas. Todo mundo, dentro das estruturas, era simpático ou tinha medo e, portanto, consentia. Quer dizer, fragilizou de forma muito profunda a maioria das estruturas que nós chamamos de orgânicas, que garantem uma democracia. Demorou muito tempo para que conseguíssemos arejar tudo isso.

Tomo como exemplo o STF, que tem um dos mandatos mais longos, pois são vitalícios. Deu tempo de trocarmos todo mundo do STF, inclusive hoje tem muito mais gente do mandato do presidente Lula do que os dois do FHC e não sobrou ninguém dos velhos conservadores, dos simpatizantes da ditadura. E, no entanto, o que vemos é que eles votam como se a ditadura fosse ontem. Fala-se em respeito a um acordo que houve e que, em uma democracia, os acordos devem ser cumpridos. No entanto, foi um acordo entre golpistas e não existia igualdade de condições, e é exatamente por isso que em uma democracia esse acordo não pode ter validade porque não foi um acordo entre iguais e não contemplou as necessidades da sociedade; contemplou, sim, as necessidades de um grupo político. Saído desse contexto específico, esse acordo não vale mais, não em detrimento dos direitos individuais de quem foi torturado.